



**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE RIO DE LOBA**

**ATA Nº UM DE REUNIÃO ORDINÁRIA  
DE ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE RIO DE LOBA**

-----Aos vinte e um dia do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas, reuniu no edifício da sede da Junta de Freguesia de Rio de Loba, sito no Largo da Igreja em Rio de Loba, a Assembleia de Freguesia de Rio de Loba, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

**Antes da ordem do dia – 15 minutos**

**Ponto 1 - Junta de Freguesia**

- 1.1– Informações do Senhor Presidente da Junta de Freguesia sobre as atividades desenvolvidas pelo executivo no âmbito das suas funções.
- 1.2–Apreciação e aprovação das opções do plano e da proposta de orçamento para 2022.
- 1.3– Apreciação e votação do Regulamento e Tabela geral de Taxas e licenças da Junta de Freguesia de 2022.
- 1.4- Aprovação do mapa do quadro de pessoal 2022, nos termos do art.º 9, nº1, al.m da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.
- 1.5- Apreciação e aprovação do Plano de Atividades para 2022.
- 1.6- Apresentação do Estatuto do Direito à Oposição

**Ponto 2 – Assembleia de Freguesia**

**Ponto 3 – Público**

-----Estando presentes todos os membros, iniciou-se a sessão com a leitura da ata da tomada de posse do novo executivo que depois foi assinada.-----

-----Relativamente ao ponto um ponto um da ordem de trabalhos, foi dada a palavra ao presidente do executivo que para além de informar sobre as obras em execução e a executar pela Junta de Freguesia, informou ainda que, iria exercer funções a tempo inteiro como presidente; que as reuniões do executivo serão abertas ao público na última quinta-feira de cada mês; que o quarto Trail da Loba

se realizará durante o mês de janeiro de dois mil e vinte e dois em parceria com o Grupo Leões da Beira, se as condições assim o permitirem. Este executivo decidiu dar continuidade à campanha “Natal Solidário”, com a entrega dos cabazes de Natal e outras atividades alusivas à época natalícia.

-----O executivo informou os presentes das várias atividades que tinha intenção de efetuar, tais como, o programa Cantares de Natal em parceria com a Câmara Municipal de Viseu e Cantares de Janeiras, que foram suspensas pelas entidades competentes, devido à situação pandémica, sendo que o Grupo Pedra Moura irá levar a cabo a sua atividade através das plataformas digitais. Informou ainda que, a Junta de Freguesia abriu concurso para um estagiário, sem qualquer custo, estágio esse, com um total de duzentas horas, e que se encontra uma candidatura aprovada para outra/o estagiária/o, encontrando-se o processo em fase de seleção do candidato/a. Sobre as obras informou que foi feita uma correção das águas pluviais na zona do Paúl, sendo a mesma uma obra de extrema importância para os moradores e que não apresenta um valor orçamental demasiado alto para o orçamento da Junta; que a obra da Vila Feijão foi suspensa, pois no caderno de encargos estava mencionada uma fresagem do pavimento que depois de avaliada teve de ser feita uma reavaliação e que iria ser recomeçada em janeiro; que o prolongamento do saneamento do Bairro das Lages está parado porque se verificou que estavam a ser feitas obras em terreno privado e o dono do mesmo, não tinha sido contactado, depois de se ter encontrado o proprietário e reunido com ele no local da obra, ficou decidido que a obra iria recomeçar em janeiro. As obras da rua Seara e Castela em Barbeita iriam começar com atraso, pois ao darem início às mesmas repararam que a conduta central era em fibrocimento e que não era possível pavimentar a rua. Devido a esse facto, os SMAS irão fazer uma intervenção para a remoção da conduta e proceder à sua substituição, só depois disso será continuada a pavimentação. A obra da Quinta do Corgo (Street Workout) está parada para renegociação com o empreiteiro no sentido de rever os custos da mesma. Foi também comunicado que foram atribuídas à Junta novas áreas de jardinagem e que neste momento estão a ser analisadas as propostas das empresas, com a intenção de se realizarem os trabalhos de limpeza pelos valores que foram transferidos, transferência essa, que também foi aprovada em Assembleia de Freguesia.-----

-----O presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia tomou a palavra e perguntou se alguém tinha questões a colocar sobre o que tinha sido apresentado pelo presidente do executivo. A deputada Paula Cunha lembrou que as informações dadas deviam ter sido enviadas anteriormente, junto com a restante documentação. O deputado Carlos Gama reforçou que o envio das mesmas informações é obrigatório, a fim de se poderem analisar, nomeadamente as questões financeiras. -----

-----Foi passada a palavra ao presidente do executivo, informando a Assembleia que devido ao pouco tempo de trabalho não viu necessidade de enviar as informações, pois as mesmas eram relativas a obras iniciadas pelo anterior executivo e como tal só o fez por consideração e respeito à Assembleia, mas que o iria fazer no futuro. Sobre as informações financeiras, foi assumido o lapso por estas não terem sido prestadas devido ao pouco tempo no exercício de funções do executivo.

Seguidamente, informou que as despesas efetuadas desde a tomada de posse até ao momento, foram pagamentos relativos de faturas do anterior executivo. A deputada Nélia Tomás pediu a palavra, solicitando o esclarecimento sobre a obra do Paúl, nomeadamente o valor, o procedimento concursal e ainda o valor do aluguer das luzes de Natal. O deputado Carlos Gama chamou a atenção que, no que diz respeito ao exercício a tempo inteiro do presidente da Junta de Freguesia devia fazer parte da ordem de trabalhos. Foi dada a palavra ao presidente do executivo, em que informou que a iluminação de Natal teria sido por ajuste direto com um valor de dois mil euros acrescidos de IVA; em relação à obra do Paúl ainda não havia um valor certo, uma vez que parte tinha sido realizada com mão-de-obra da junta e outra através de ajuste direto, faltando também o valor que o dono da máquina iria cobrar. -----

-----O presidente da Mesa da Assembleia prosseguiu os trabalhos com o ponto um ponto dois da ordem de trabalhos, passando a palavra ao presidente do executivo. Este começou por dizer que o orçamento era um orçamento de continuidade e que houve uma reunião com os candidatos à Junta de Freguesia e que não elegeram membros para a Assembleia, informou também que foram consultados os manifestos e pessoas de influência na freguesia para assim se trabalhar na melhoria da mesma. De seguida, tomou a palavra o tesoureiro do executivo António Couto, que informou que o orçamento tinha sido elaborado em função do anterior, tendo sido acrescentadas apenas algumas obras, e este apresentou uma leitura e análise geral do orçamento e respetivas rubricas. Entretanto o presidente informou que relativamente ao funcionário da Junta que se encontra de baixa médica há demasiado tempo, é pretensão do executivo que esta situação seja resolvida. Foi dito também que o executivo pretende alargar a entrada para Rio de Loba junto à quinta do Dr. Sobral, daí o valor de sete mil euros previstos no orçamento, mas que estão a ser feitas negociações e possivelmente o terreno será oferecido, ficando a Junta de Freguesia obrigada a realizar as obras de reconstrução do muro. O deputado Marcelo Egídio questionou o motivo de não ter sido enviado o orçamento juntamente com a convocatória e quais as obras propostas pelos outros partidos que não têm assento na Assembleia. Sobre estas questões foi dito que a convocatória foi entregue dentro do prazo legal e que tinha surgido uma situação alheia que fez com que não fosse possível entregar o orçamento mais cedo. No seguimento desta questão ficou decidido que no futuro só seria enviado por carta registada a convocatória e que a restante documentação seria enviada por correio eletrónico. O deputado Fernando Mendes questionou sobre a requalificação da rua principal em Barbeita, a que o presidente do executivo respondeu que é intenção da Junta requalificar a rua desde a Igreja da Nossa Senhora do Parto até ao ribeiro que passa perto da casa do Sr. Almiro. O deputado Fernando Mendes respondeu que não fazia sentido, uma vez que essa requalificação seria apenas metade da rua. O presidente do executivo respondeu que após algumas reuniões com elementos da Câmara Municipal de Viseu lhe teria sido dito que se encontra a ser realizado um estudo nesse sentido. Depois destes esclarecimentos

o orçamento foi posto a votação por parte do Presidente da Mesa, tendo sido aprovado com sete votos a favor e seis abstenções. -----

-----Passando ao ponto um ponto três, foi dada a palavra ao presidente do executivo que informou que as taxas iriam ser mantidas para o ano de dois mil e vinte e dois, uma vez que este executivo se encontra a exercer funções há pouco tempo e não viu necessidade em alterar as mesmas. Sobre este ponto, a deputada Nélia Tomás disse que o mesmo não estava em condições de ser votado uma vez que não tinha sido enviado o regulamento que contém fundamentação económico-financeira das taxas. Com a concordância dos restantes membros foi decidido marcar uma assembleia extraordinária para apreciação e votação do regulamento. -----

-----Relativamente ao ponto um ponto quatro, o quadro de pessoal para o ano de dois mil e vinte e dois foi posto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

-----Sobre o ponto um ponto cinco, apreciação e aprovação do plano de atividades, o mesmo foi aprovado com sete votos a favor e seis abstenções. -----

-----No ponto um ponto seis, foi dado a conhecer aos membros da assembleia o estatuto do direito à oposição.-----

-----Passando ao ponto dois da ordem de trabalhos, o presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da Assembleia para que se pronunciassem sobre assuntos que achassem pertinentes. A deputada Paula Cunha questionou o presidente do executivo sobre a necessidade de se colocarem lombas na estrada em frente à casa que foi demolida, pois devido à velocidade excessiva dos veículos torna-se perigosa aquela zona; mais questionou sobre a estrada da Tecnovia, uma vez que esta tem cada vez mais trânsito e as condições são cada vez piores, perguntou também sobre uma situação recorrente uma vez que um morador do Bairro São João da Carreira que desmonta aparelhos elétricos (televisões, computadores, etc.) coloca os desperdícios fora dos contentores e estes ficam a céu aberto durante vários dias. O deputado Marcelo Egídio quis saber pormenores sobre a entrega dos cabazes de Natal questionando se foi tida em consideração as listagens do anterior executivo. ---

-----Sobre este assunto, a secretária do executivo Cláudia Pinto, levantou a questão de nas listagens do ano anterior estar um cabaz entregue a uma pessoa incógnita, a que o deputado Pedro Lourenço respondeu que existem pessoas que pedem anonimato. O presidente do executivo propôs que fosse feito um cabaz para ser entregue a essa pessoa, a que o deputado Pedro Lourenço respondeu que já não era necessário pois tinha sido uma situação temporária devido a doença. Ainda sobre a questão das lombas de redução de velocidade, o deputado Fernando Mendes informou que o anterior executivo tinha adquirido umas lombas para serem colocadas em frente à casa demolida com a intenção de fazer abrandar o trânsito, mais, questionou, se não estava prevista qualquer requalificação para a rua do Vinagre.-----

-----Em resposta às várias questões, o presidente do executivo referiu que sobre as lombas o executivo já tinha trabalhado nesse sentido e tinha efetuado um pedido à Câmara Municipal para

solucionar o problema, uma vez que, para combater o barulho produzido pelas lombas foi proposta uma passadeira elevatória. Sobre a estrada paralela ao IP5, informou que o executivo está a trabalhar de forma intensiva e afincada para melhorar o pavimento, uma vez que se trata de uma urgência, pois a estrada tem cada vez mais trânsito; em relação ao lixo fora dos contentores foi explicado pelo presidente que a situação já tinha sido reportada à G.N.R., e estes até já tinham contactado a pessoa em causa, mas como não foi “apanhada em flagrante” nada podiam fazer; sobre os lixos à entrada de Barbeita está prevista a colocação de uma ilha ecológica ao lado do Street Workout; sobre a rua do Vinagre, já foram encetadas diligências com o dono do castanheiro com a finalidade do mesmo ser abatido e depois alcatroar a rua. -----

-----Relativamente ao último ponto, extensível ao público, o freguês Sr. João Coelho pediu a palavra começando por felicitar o novo executivo, pedindo a este para ser mais transparente e dinâmico que o anterior, mostrando a sua admiração pelo facto de já existirem lombas adquiridas pelo anterior executivo para colocar em frente a casa demolida e estas não terem sido colocadas imediatamente a seguir à demolição, e questionou o porquê da rua da Travela não ter um só sentido, solicitando ainda ao executivo que não guarde para o último ano do seu mandato a realização das obras, pois quando isto acontece, as mesmas são feitas de uma forma rápida, cara e mal executadas.--

-----Seguiu-se a intervenção do freguês Sr. António Silva, que começou por saudar todos os presentes e felicitar o novo executivo por ter elaborado um orçamento com a clara noção, de não ter tido a colaboração da oposição, e sem ter sido convocado pela Câmara Municipal de Viseu para tomar conhecimento do Orçamento Participativo, documento já habitual da nossa cidade e em que as respetivas Juntas participavam num anterior executivo, na pessoa do falecido Dr. Almeida Henriques, bem como as pessoas a título individual poderiam manifestar o seu contributo no respetivo orçamento. Referiu ainda que, se o caminho é a descentralização política e de poderes fará todo o sentido a participação deste órgão nesse orçamento. Mencionou que questões de desequilíbrio orçamental, de contabilidade e legais regem-se pelo princípio da continuidade, e prevalece o que está para trás, isto é, o atual orçamento é a continuidade dos últimos três anos do anterior executivo, e só no final do ano é que se ditará qual foi o desequilíbrio orçamental. Esta explicação surgiu na sequência de uma abordagem feita pelo membro do anterior executivo em que refere “*o orçamento atual é muito ambicioso*”. O senhor António Silva, descreveu que este executivo nem deveria apresentar um orçamento, pois em dois meses de trabalhos, foram tão só estagiários em processo de aprendizagem exercendo funções administrativas, e o facto de não terem sido convocados para serem ouvidos no orçamento global deste concelho, demonstra não haver clareza por parte do município, o que deixa o desrespeito quer para ele enquanto residente nesta freguesia, quer para com este órgão, o que daria legitimidade a esta Junta de não apresentar orçamento, e mesmo assim apresentou. Referiu que existem orçamentos propostos e orçamentos retificativos, que servem para alterar o que não estava previsto nas expectativas iniciais, dando nota que todos foram ouvidos para a elaboração do

mesmo. Informou também, que no próximo ano de dois mil e vinte e dois, vai ser obrigatória a transferência de competências das câmaras municipais para as juntas de freguesias e que só ainda não foi, porque o orçamento de Estado foi chumbado. Saliu que este órgão não é um órgão de contabilidade, nem de prestação de contas, mas sim um órgão político, onde se deve discutir política construtiva em prol dos residentes. Deixou a título de sugestão para que no futuro se possam redigir moções em concordância entre todos para se fazerem chegar à autarquia. Falou da questão do Regulamento da Junta, que deverá constar no site da junta e não tendo prazo de validade, deverá reger-se pelo anterior. Enalteceu o papel de grande elevação ao atual presidente da Junta de Freguesia ao longo de toda a sua campanha, referindo que nunca insultou o seu adversário. Fez ainda referência ao Gabinete da Cidade, pedindo que fosse esclarecido sobre o mesmo, pois não entende que, se as Juntas de Freguesia não são ouvidas em orçamento, para que serve então este referido gabinete, isto revela um perfeito estado de incompetência aos técnicos e aos próprios políticos da Câmara Municipal. Recomendou ainda, a importância e necessidade de um regulamento específico de intervenção no que concerne às missivas ações materiais, respeitantes à ação social da Junta de Freguesia, para não haver o risco de uma sobreposição das várias instituições (juntas, câmara e segurança social) num excesso de entrega de bens à mesma família, pois se isso acontecer entra-se em incumprimento, ou seja, existe um duplo financiamento, e a violação do duplo financiamento não é só e apenas em forma pecuniária de dinheiro, mas também em espécies, ressalvando que a ação social deve continuar a existir e ser melhorada. Em conclusão, aconselhou e advertiu a Junta da existência dos diferentes meios de assessoria jurídica, nomeadamente gabinete jurídico da Autarquia, CCDRC e ANAFRE, onde poderão ser esclarecidas todas as questões legais.-----

-----Relativamente às intervenções o presidente do executivo respondeu que desconhecia a existência das lombas referidas e que tendo sido o último executivo a tomar posse, o anterior executivo não se dignou a reunir atempadamente para entrega/apresentação dos processos, dossiers, obras em curso, etc., de uma forma mais cordial. Pediu ainda, para ficar em ata que, enquanto ele for presidente do executivo nenhuma obra de grande vulto começa nos últimos seis meses antes das eleições por iniciativa deste executivo, pois está provado que estas valências não fazem ganhar eleições. Informou ainda que sobre a rua da Travela, encetou diligências com o Sr. Fernando que é dono de um terreno que pode ser doado à Junta com o objetivo de ser alargada a estrada, evitando assim a colocação de um só sentido na rua.-----

-----Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião, da qual para se constar se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada, foi devidamente assinada pelos intervenientes.-----

O Presidente da Assembleia de Freguesia



O Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia de Freguesia